

**UNIRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA**

**LILLYAN KARLA VIEIRA DO NASCIMENTO
Orientadora: Prof.^a Ms. IVONE VIEIRA PEREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS

2013

**UNIRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA
NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TÉCNICA**

LILLYAN KARLA VIEIRA DO NASCIMENTO
Orientadora: Prof.^a Ms. IVONE VIEIRA PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS

2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por não me abandonar em nenhum momento da minha existência.

Aos meus pais Ely Carlos e Roseli, que são a base de tudo, pessoas as quais devo a minha vida e minha infinita gratidão por todo o apoio, amor, dedicação e incentivo.

Ao meu irmão Júnior, por toda a sua paciência, parceria, apoio, amor e amizade.

A minha avó Maria Fernandes Vieira (*in memoriam*), sinônimo de guerreira, pessoa na qual me espelho por toda a sua força, garra, fé e pelo seu amor incondicional ao próximo.

A Simone Molin, por todo companheirismo, apoio, paciência, incentivo e imenso carinho.

Aos meus amigos Poliana Elvira, Carollina Tavares, Priscilla Sousa e Marco Antônio por incentivar a lutar pelos meus objetivos, apoiando e dando forças em todos os momentos, demonstrando o verdadeiro significado de amizade.

Aos professores da Faculdade de Ciências Contábeis, em especial as professoras Sônia Aparecida, Ivone Vieira, Débora Ferguson e Eliene Aparecida, pelo comprometimento e dedicação perante o desafio de ensinar e formar profissionais competentes.

A todos os meus familiares e amigos que me ajudaram e apoiaram neste desafio, participando desta conquista.

RESUMO

NASCIMENTO, Lillyan Karla Vieira do. **Evidenciação das informações ambientais no contexto da norma brasileira de contabilidade técnica**. 2013. 33p. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2013. ♦

A poluição ambiental tornou-se tema de várias discussões devido à complexidade dos seus efeitos e crescente abrangência. As empresas como principais causadoras do processo de degradação ambiental, possuem um papel relevante a ser cumprido no sentido de buscar novas tecnologias sustentáveis e preservar o meio ambiente. O estudo realizado teve como objetivo demonstrar de acordo com as Normas Nacionais de Contabilidade, a evidenciação das informações ambientais. A importância deste trabalho sobre a evidenciação das informações ambientais, é contribuir para a qualificação acadêmica, ampliar o conhecimento em relação as informações ambientais, despertar o interesse de estudiosos sobre esse assunto e ainda demonstrar as empresas que com uma boa postura em relação as questões ambientais ganha-se a credibilidade e o respeito perante a sociedade, além de se tornar um ponto competitivo no qual se pode alcançar resultados positivos. A metodologia utilizada neste trabalho envolveu uma pesquisa bibliográfica, pois analisa opiniões e conceitos de diversos autores, com o objetivo de obter os resultados esperados, e demonstrou qual o atual tratamento da Contabilidade Ambiental no Brasil, apresentando a norma profissional que regula sobre a divulgação social e ambiental no país: Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) n. 15. A evidenciação das informações ambientais, visa informar os usuários sobre a relação da entidade com o meio ambiente. De acordo com as Normas Nacionais de Contabilidade, é possível evidenciar as transações econômico-financeiras de natureza ambiental, visando demonstrar a situação patrimonial de uma entidade. Além de evidenciar a situação patrimonial de uma entidade, podem procurar soluções para as mesmas, através do planejamento estratégico, para que possam atingir o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Evidenciação, informação, ambiental.

♦ Banca Examinadora: Profª. Ms. Ivone Vieira Pereira – Fesurv (Orientador); Profª. Eliene Aparecida de Moraes – Fesurv; Profª. Ms. Ricardo Neves Borges – Fesurv.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Lillyan Karla Vieira do. **Disclosure of environmental information within the context of the brazilian's standards of technical accounting.** 2013. 33p. Work of Conclusion Course II (Graduation in Accountant Sciences) – UniRV - University of Rio Verde, Rio Verde, 2013. ♦

Environmental pollution has become the subject of several discussions due to the complexity of its effects and increasing coverage. As companies are the main cause of environmental degradation, they have an important role to be fulfilled in order to seek new sustainable technologies and preserve the environment. The study aimed to demonstrate according to the National Accounting Standards, the disclosure of environmental information. The importance of this work is to contribute to the academic qualification, expand knowledge regarding environmental information, tease the interest of scholars on this subject and also demonstrate that companies which have good attitudes towards environmental issues gain credibility and respect within society, and also become a competitive point in which these companies can achieve positive results. The methodology used in this study involved literature research, as it analyzes concepts and opinions of various authors in order to obtain the expected results, and showed the current treatment to Environmental Accounting in Brazil, presenting the professional standards that regulates the disclosure of social and environment in the country: Brazilian's Standards of Technical Accounting (NBC T) n. 15. The disclosure of environmental information, aims to inform users about the relationship of the entity with the environment. According to the National Accounting Standards, it is possible to highlight the economic and financial transactions of an environmental nature, seeking to show the financial position of an entity. Besides showing the financial position of an entity may seek solutions for them, through strategic planning, so they can achieve sustainable development.

Key-Words: Disclosure, information, environmental.

♦ Examining board: Teacher Ms. Ivone Vieira Pereira – Fesurv (Advisor); Teacher Eliene Aparecida de Moraes – Fesurv; Teacher Ms. Ricardo Neves Borges – Fesurv.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

GRI – *Global Reporting Initiative*

NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 1.1 Contextualização..... | 09 |
| 1.2 Problema de pesquisa..... | 10 |
| 1.3 Objetivos..... | 10 |
| 1.3.1 Geral..... | 10 |
| 1.3.2 Específicos..... | 10 |
| 1.4 Justificativa..... | 10 |
| 2 PROCEDER METODOLÓGICO..... | 13 |
| 2.1 Quanto aos objetivos..... | 13 |
| 2.2 Quanto aos procedimentos..... | 14 |
| 2.3 Método de abordagem..... | 15 |
| 2.4 Quanto à técnica de coleta de dados..... | 15 |
| 3 PLATAFORMA TEÓRICA..... | 16 |
| 3.1. Contabilidade..... | 16 |
| 3.1.1 Contabilidade Ambiental..... | 16 |
| 3.1.2 Objetivos da contabilidade ambiental..... | 17 |
| 3.2 Contabilização dos itens de natureza ambiental..... | 17 |
| 3.2.1 Despesas ambientais..... | 18 |
| 3.2.2 Custos ambientais..... | 18 |
| 3.2.3 Receitas ambientais..... | 19 |
| 3.2.4 Ativos ambientais..... | 19 |
| 3.2.5 Passivos ambientais..... | 20 |
| 3.2.6 Patrimônio ambiental..... | 21 |
| 3.3 Evidenciação da informação ambiental..... | 21 |
| 3.3.1 Norma brasileira de contabilidade técnica..... | 21 |
| 3.4. Informações de natureza social e ambiental..... | 22 |
| 3.4.1 Balanço Social..... | 23 |

| | |
|---|-----------|
| 3.4.2 Notas Explicativas..... | 24 |
| 3.4.3 Demonstração do Valor Adicionado..... | 25 |
| 3.4.4 Relatório da Administração..... | 25 |
| 3.4.5 Relatório de Sustentabilidade..... | 26 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 28 |
| REFERENCIAS..... | 29 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Segundo Ribeiro (2010), a poluição ambiental tornou-se, nos últimos tempos, tema de várias discussões devido à complexidade dos seus efeitos e crescente abrangência.

As empresas, como principais causadoras do processo de degradação ambiental, possuem um papel relevante a ser cumprido no sentido de buscar novas tecnologias sustentáveis e preservar o meio ambiente.

De acordo com Epstein e Freedman (1994) citados por Ribeiro e Bellen (2010), a performance ambiental, anteriormente esquecida em detrimento apenas de uma maior lucratividade, passou a ser um direcionador importante de investimentos. Os investidores individuais ou fundos de investimento começaram a desejar que as informações ambientais fossem evidenciadas juntamente com as informações financeiras e conjunturais, já de presença garantida nos relatórios das empresas.

Segundo Ribeiro (1998) citado por Lucas (2009), a contabilidade é a grande responsável pela comunicação entre a empresa e a sociedade, fornecendo informações relacionadas ao meio ambiente seu comprometimento com a natureza de acordo com a legislação vigente.

Com a necessidade da evidenciação dessas informações, a Contabilidade irá desempenhar o seu papel, identificando e evidenciando estas informações ambientais. Conforme Ribeiro (2010), a Contabilidade é a ciência que se preocupa com a identificação, mensuração e informação dos recursos alocados a determinada entidade, além dos eventos econômicos que a afetaram e/ou poderão afetá-la. Seu objetivo é demonstrar a situação econômica, financeira e física de tal entidade, de maneira a satisfazer às necessidades informativas de seus usuários durante a tomada de decisões.

1.2 Problema de pesquisa

A preocupação com o meio ambiente vem recebendo destaque, pelo fato de sua importância para a qualidade de vida da sociedade. Conseqüentemente surge a necessidade de se registrar e evidenciar as ações desenvolvidas no âmbito organizacional e, por isso, a Contabilidade como uma ciência, tem por objetivo fornecer informações aos usuários para o apoio a tomada de decisão e controlar o patrimônio. Diante deste cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: como são evidenciadas as informações ambientais nas demonstrações contábeis no contexto das normas nacionais?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Este estudo tem como objetivo demonstrar de acordo com as Normas Nacionais de Contabilidade, a evidenciação das informações ambientais.

1.3.2 Específicos

- Apresentar conceito geral e objetivos da Contabilidade Ambiental;
- Demonstrar as informações sociais e ambientais de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n. 15;
- Identificar e conceituar os componentes necessários para a elaboração das Demonstrações Contábeis das informações de natureza social e ambiental.

1.4 Justificativa

Conforme Ferreira (2003), a partir da década de 1990, os gestores passaram a requerer da Contabilidade novas informações financeiras, visando auxiliar o controle e a tomada de decisão relativa aos problemas ambientais.

De acordo com Ribeiro (2009), as empresas buscando novas oportunidades passaram a se preocupar com o meio ambiente em seus processos, causando mudanças na relação entre organização e meio ambiente, tornando este um ponto competitivo no qual se pode obter

resultados positivos. Com isso, o meio ambiente tornou-se uma missão estratégica, que deve ser integrada na política das entidades.

Ribeiro e Martins (1998) afirmam que as demonstrações contábeis podem ser a ferramenta adequada para evidenciar atitudes proativas a defensivas, principalmente porque nestas estão contidas todas as informações pertinentes à situação patrimonial e desempenho da empresa em um determinado período. A inclusão destas informações de natureza ambiental enriqueceria tais demonstrações, resultando aos usuários, conforme Tinoco (2001, p.25) em “melhor planificação de efetivos, melhor avaliação de custos e receitas, além da melhor abordagem das ações a empreender”, ou seja, melhores avaliações para a tomada de decisões.

Ferreira (2000) diz que a contabilidade não vai solucionar os problemas ambientais, mas diante da sua capacidade de produção e divulgação de informações, pode alertar os vários fatores sociais sobre a gravidade do problema, contribuindo para que seja tomada uma decisão mais ecológica.

Segundo Ribeiro (2009), para que as entidades possam permanecer em um mercado altamente competitivo, devem manter-se atualizadas e estarem dispostas a produzir mudanças em suas políticas, buscando alcançar objetivos simultaneamente de crescimento, lucratividade e responsabilidade socioambiental. Desta maneira, as empresas devem levar em consideração as questões ambientais como o surgimento de novas oportunidades de negócios.

Ribeiro (2010) diz que os investidores cada vez mais cientes de que, uma empresa que não possui uma boa postura em relação às questões ambientais, pode sobrepôr em risco o retorno das aplicações de recursos. Os governos adotaram de forma geral, posturas mais rígidas em relação às atividades econômicas altamente poluidoras, como a sanções penais para os administradores e proprietários, e penalidades (multas) aos infratores das regulamentações ambientais. A sociedade em geral, ciente dos impactos ambientais causados no processo de produção, preza cada vez mais as empresas que se responsabilizam pela proteção e preservação ambiental.

Conforme projetos e ações ambientais são introduzidos nas entidades, surgem fatos e dados que afetam diretamente o seu patrimônio. Sendo assim, as ações ambientais devem ser evidenciadas por meio de relatórios contábeis, com o intuito de esclarecer a relação entre a organização e o meio ambiente.

A importância deste trabalho sobre a evidenciação das informações ambientais, é contribuir para a qualificação acadêmica, ampliar o conhecimento em relação as informações ambientais, despertar o interesse de estudiosos sobre esse assunto e ainda demonstrar as empresas que com uma boa postura em relação as questões ambientais ganha-se a

credibilidade e o respeito perante a sociedade, além de se tornar um ponto competitivo no qual se pode alcançar resultados positivos.

2 PROCEDER METODOLÓGICO

Segundo Oliveira (2011), a metodologia é o estudo do método e de suas técnicas. Constituiu o caminho que deve seguir toda investigação científica para que o conhecimento do tipo científico seja gerado.

Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Ainda, segundo as mesmas autoras (2012), o método caracteriza-se como uma abordagem ampla, em nível de abstração superior aos fenômenos da natureza e da sociedade. Ou seja, o método pode ser definido como o procedimento utilizado para desenvolver a pesquisa.

2.1 Quanto aos objetivos

Do ponto de vista Gil (2010), as pesquisas quanto aos objetivos podem ser: exploratórias, descritivas e explicativas.

Gil (2010) afirma que a Pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Segundo Andrade (1999), na Pesquisa descritiva, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles, assim, essa pesquisa serve para estudar fatos.

A Pesquisa explicativa, para Gil (2010) visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional.

Esta pesquisa pode ser considerada exploratória, pois foi desenvolvida no intuito de proporcionar uma visão geral acerca de determinado assunto.

2.2 Quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos, se classificam em: bibliográfico, de campo, documental, estudo de caso, experimental, de participantes e ação.

Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos mimeografados ou xerocopiados, mapas, fotos, manuscritos etc., que servirá de fundamentação teórica ao estudo.

Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa de campo é aquela utilizada como o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

De acordo com as mesmas autoras, a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Conforme Gil (2010), o estudo de caso consiste no estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, Gil (2010), a pesquisa experimental é quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Ainda segundo o mesmo autor, a pesquisa participante é quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas

A pesquisa de ação, segundo Gil (2010), quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa será classificada como bibliográfica, pois analisa opiniões e conceitos de diversos autores, com o objetivo de obter os resultados esperados. Foram utilizados periódicos, livros, artigos já publicados, além de dados retirados da internet, respeitando os direitos autorais dos mesmos.

2.3 Método de abordagem

Quanto aos métodos de abordagem, classificam-se em: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

De acordo com Oliveira (2011), o método indutivo é uma forma de argumentação na qual se parte de dados particulares para se chegar a uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas, ou seja, a conclusão possui conteúdo maior, mais amplo ou de maior alcance do que o contido nas premissas das quais se originou.

Segundo o mesmo autor, o método dedutivo parte do geral para o particular, faz o caminho inverso da indução. Pode-se dizer que este método possibilita a explicação científica, que vem significar a descoberta do que é semelhante naquilo que em princípio parece dessemelhante.

Conforme Popper (1993), o método hipotético-dedutivo consiste na construção de conjecturas, hipóteses, que devem ser submetidas a testes diversificados, como a crítica intersubjetiva, ao controle mútuo pela discussão crítica, à publicidade crítica e ao confronto com os fatos, buscando falseá-las. Neste método, as hipóteses se sustentam temporariamente enquanto resistirem às tentativas de falseamento.

E, por fim, segundo Lakatos e Marconi (2001), o método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Quanto ao método de abordagem, esta pesquisa é classificada como dedutiva, pois as opiniões analisadas partem de teorias e estudos feitos anteriormente por outros autores.

2.4 Quanto à técnica de coleta de dados

Conforme Marconi e Lakatos (2012), as técnicas são consideradas um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são também a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos, ou seja, correspondem à parte prática de coleta de dados. São classificados em documentação indireta, abrangendo a pesquisa documental e a bibliográfica e documentação direta, na qual se subdivide em observação direta intensiva e observação direta extensiva.

Como o procedimento utilizado nesta pesquisa é bibliográfico, os dados serão coletados de forma indireta, através das fontes bibliográficas, como livros, trabalhos e artigos já publicados.

3 PLATAFORMA TEÓRICA

3.1 Contabilidade

Segundo Franco (1996), a contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos gastos nele ocorridos, com o fim de fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico e decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Conforme Marques (2006), quando o homem começou a utilizar alguma forma para controlar seus bens, conheceu a Contabilidade e desde então vem se desenvolvendo com o intuito de propiciar um gerenciamento adequado à riqueza patrimonial.

De acordo com Freitas e Strassburg (2007), a Contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio das empresas para possibilitar o controle, avaliação e a mensuração das alterações ocasionadas a ele, com o objetivo de fornecer informações, aos diversos usuários, para a tomada de decisões.

3.1.1 Contabilidade ambiental

De acordo com Aleixo et al. (2011), a contabilidade ao reconhecer e mensurar os gastos e rendimentos relacionados com aspectos ambientais resultantes das atividades empresariais contribui para a melhoria da qualidade da gestão empresarial e do funcionamento dos mercados financeiros.

Tinoco e Kraemer (2008) definem a Contabilidade como um sistema de mensuração, avaliação e divulgação, centrado nos usuários da informação, destinado a provê-los com demonstrações contábeis, permitindo análises de natureza econômica, financeira, social e ambiental das empresas.

Ribeiro (2009, p.3,4), diz que:

Os problemas ambientais fazem necessária a adoção de soluções pelas organizações, melhorando a qualidade ambiental de suas atividades, produtos e serviços. Além de melhorar a imagem da organização, a adoção de uma política de gestão ambiental, pode gerar outros benefícios para as empresas. Dessa maneira, as empresas em busca de novas oportunidades, passaram a preocupar-se com a variável ambiental em seus processos, promovendo mudanças na relação organização-meio ambiente, considerando este um fator competitivo com o qual se pode obter resultados positivos. Por tudo isso, o meio ambiente tornou-se uma função estratégica, que deve ser incorporadas na política das organizações.

Ferreira (2003) afirma que o crescimento da Contabilidade Ambiental é resultante da necessidade de apresentar informações que sejam adequadas às características de uma gestão ambiental. Além disso, ressaltou que a Contabilidade Ambiental é uma especialização da Contabilidade na qual relata econômica e financeiramente as ações de uma organização que modifiquem seu patrimônio e afetem o meio ambiente.

3.1.2 Objetivos da contabilidade ambiental

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999) citados por Iudícibus (2004), a evidenciação ou *disclosure* está ligada aos objetivos da contabilidade, por garantir informações diferenciadas para os diversos tipos de usuários.

Segundo Ribeiro (2010), os objetivos da Contabilidade Ambiental são: identificar, mensurar e elucidar as transações e eventos econômico-financeiros, ocorridos em determinado período, que estejam vinculados com a proteção e recuperação ambiental, visando à demonstração da situação patrimonial de uma entidade.

Além de evidenciar a situação patrimonial de uma entidade, a Contabilidade Ambiental possui o objetivo de procurar soluções para as mesmas, através do planejamento estratégico, para que possam atingir o desenvolvimento sustentável.

3.2 Contabilização dos itens de natureza ambiental

A evidenciação das informações de natureza ambiental de forma segregada visa informar os usuários sobre a relação da entidade com o meio ambiente. Por isso, esses eventos relacionados às atividades de natureza ambiental, devem ser identificados, mensurados e contabilizados.

Nesta seção, será feita uma abordagem teórica acerca das definições de despesas, custos, receitas, ativo, passivo e patrimônio ambiental.

3.2.1 Despesas ambientais

As despesas ambientais, conforme Ribeiro (2010) são todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa.

Iudícibus (2004, p.168) diz que “despesa, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas”. De forma geral, pode-se dizer que o fato gerador da despesa é o esforço para produzir receita.

As despesas ambientais, de acordo com Carvalho (2008), são todos os gastos efetuados pela empresa, que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade.

Desta forma, todos os gastos econômicos relacionados à preservação e recuperação do meio ambiente, são considerados despesas ambientais.

3.2.2 Custos ambientais

Segundo Berti (2006), custo é o consumo de bens e serviços, empregados na produção de outros bens e serviços. Consumo esse é representado pela entrega ou promessa de entrega de ativos.

Teixeira (2000) define custos ambientais como os custos requeridos para a gestão responsável do impacto ambiental das atividades da empresa, bem como os outros custos focados nos objetivos ambientais da empresa.

Para Ribeiro (2010) os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, direta ou indireta, com a proteção do meio ambiente.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008, p.174), os custos ambientais podem ser classificados em custos externos e custos internos:

Custos externos: são os custos que podem incorrer como resultado da produção ou existência da empresa. São difíceis de medir em termos monetários e geralmente estão fora dos limites da empresa. Motivar a empresa a internalizar essas externalidades é uma necessidade que se impõe. Incluem danos que são pagos a outros, como consequência de eventos ambientais.

Custos internos: são os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados. Considerando que as externalidades ambientais podem potencialmente ser maiores que os componentes do custo, os custos internos da administração ambiental também podem ser extensivos, não ser sempre definidos claramente e tendem a gerar consideráveis problemas de destinação.

3.2.3 Receitas ambientais

Para Iudícibus e Marion (2007), a receita ambiental é um acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil, resultante da venda de sobras e resíduos gerados durante o processo de produção de seus produtos, e ganho em resultados positivos decorrentes da atuação na preservação do meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), as receitas ambientais originam de prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matéria-prima; redução do consumo de energia; redução do consumo de água; e participação do faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devido a sua atuação responsável com o meio ambiente.

São diversos fatores que geram as receitas ambientais, com atitudes simples, que favorecem tanto a entidade quanto o meio ambiente.

3.2.4 Ativos ambientais

Bergamini Junior (1999) diz que um ativo é um recurso controlado por uma empresa que surge de eventos passados e de onde são esperados futuros fluxos de benefícios econômicos diretos ou indiretos para a empresa, através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações; ou, ainda, conservação do meio ambiente.

Segundo Ribeiro (2010), os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.

Segundo Kraemer (2005), os ativos ambientais representam: a) os estoques de insumos, peças, acessórios, dentre outros, utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de emissão de resíduos; b) os investimentos em máquinas, instalações, equipamentos adquiridos e/ou produzidos que viabilizam a redução de resíduos poluentes; c) os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologia no longo prazo, quando estes puderem ser claramente relacionados com receitas futuras.

Portanto, ativos ambientais, são todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregados em linha à parte no Balanço Patrimonial, conforme Martins e De Luca (1994), para permitir ao usuário melhor avaliação das ações ambientais da empresa.

3.2.5 Passivos ambientais

Para Martins e De Luca (1994), os passivos ambientais referem-se a benefícios econômicos que serão sacrificados em função de obrigações adquiridas perante terceiros para a preservação e proteção do meio ambiente. Originam-se em gastos referentes ao meio ambiente, que podem compor-se em despesas do período atual ou anteriores, a aquisição de bens permanentes ou na existência de riscos desses gastos virem a se realizar (contingências).

Ribeiro (2010), passivo ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008, p.178):

podem originar-se de atitudes ambientalmente responsáveis, como decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, instalações para seu funcionamento. Sendo tais investimentos financiados por fornecedores ou por instituições de crédito, a companhia contrairá exigibilidades de cunho ambientais, classificadas como Passivo Ambiental.

3.2.6 Patrimônio ambiental

Iudícibus e Marion (2007) definem Patrimônio Líquido de uma forma bastante simplificada, como sendo a diferença entre Ativo e Exigibilidades (Passivo).

Ribeiro e Gratão (2000), afirmam que Patrimônio Ambiental é composto pelo conjunto dos ativos e passivos ambientais.

Na contabilidade ambiental, o Patrimônio Líquido é composto por contas de Reservas para Contingências, que podem ser para possíveis multas e indenizações por danos ambientais, ou ainda para aquisição de bens ou serviços para proteção, preservação ou recuperação ambiental.

Albuquerque et al. citados por Maciel et al. (2008) dizem que o Patrimônio Líquido Ambiental, por sua vez, é constituído pelo capital acumulado dos proprietários do empreendimento, sendo representado pelo conjunto dos ativos e passivos ambientais.

3.3 Evidenciação da informação ambiental

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade, órgão responsável pela emissão de Normas Brasileiras de Contabilidade e fiscalização da profissão contábil, publicou em 19/08/2004, a Resolução n. 1.003, que aprova a NBC T-15 – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica, a qual estabelece procedimentos para a evidenciação das Informações de Natureza Social e Ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a responsabilidade e participação social da entidade.

3.3.1 Norma brasileira de contabilidade técnica

O CFC - Conselho Federal de Contabilidade, publicou em 19 de Agosto de 2004, a Resolução n. 1.003, na qual aprova a NBC T-15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, entrando em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2006.

Esta norma tem como objetivo mostrar à sociedade a responsabilidade e a participação social da entidade, e estabelece procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental que são: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; a interação com o meio ambiente; e além dessas informações, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação entre as informações do exercício atual e do exercício anterior e deve ser efetuada como uma informação complementar as demonstrações contábeis, não se confundindo com as Notas Explicativas. Ora instituída, deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, de acordo com os procedimentos determinados pela NBC T-15.

De acordo com a NBC T-15, as informações de natureza social e ambiental a serem divulgadas, são:

- a. Geração e Distribuição de Riqueza: a riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a DVA – Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T-3.
- b. Recursos Humanos: as informações referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do quadro de funcionários e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.
- c. Interação da Entidade com o Ambiente Externo: devem constar os dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está incluída, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos resultantes dessa interação.
- d. Interação com o Meio Ambiente: devem ser evidenciados os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos, administradores da entidade e também para a comunidade; outros projetos ambientais; a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor das multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e, passivos e contingências ambientais.

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em CRC – Conselho Regional de Contabilidade. Para garantir a integridade das informações contábeis extraídas de fontes não-contábeis, deve ser evidenciado o critério e o controle utilizados, e a responsabilidade destas mesmas informações, pode ser compartilhada com especialistas.

As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

3.4 Informações de natureza social e ambiental

Conforme Merleau-Ponty (2000), a natureza é aquilo que possui sentido independente do homem, ou seja, é sua própria determinação, por meio de um processo interiorizado, no qual ela se constrói e se destrói. A unidade da natureza está na distância da

interferência do homem na mesma, portanto, a natureza não é instituída pelos costumes ou discursos humanos.

Segundo Ferreira (2010), ‘social’ pode ser entendido como sociável, o que convém a sociedade e ‘ambiental’ significa o que está ou anda à roda de alguma coisa ou pessoa, o ar que se respira e que cerca, envolve, a esfera em que se vive.

Para Aquino e Santana (1992), evidenciação significa divulgação com clareza, em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado.

A evidenciação segundo Iudícibus (2004) deve apresentar, de maneira ordenada, informação qualitativa e quantitativa, deixando o menos possível ficar de fora dos demonstrativos formais, com o intuito de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Portanto, a evidenciação das informações sociais e ambientais demonstram à sociedade a responsabilidade e a participação social e ambiental da entidade, de forma transparente e objetiva.

Conforme a NBC T 15, a informação ambiental tem relação à interação da entidade com o meio ambiente e com o meio externo. E entende-se por informação social, a geração e distribuição de riqueza e os recursos humanos.

De acordo com Kroetz (2000) citado por Maciel et al. (2008), as demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 são ferramentas relevantes no processo de gestão e da tomada de decisões estratégicas para as entidades. Em se tratando da divulgação das demonstrações contábeis ambientais, que ainda não são exigidas por lei, e para atender às necessidades dos usuários da informação contábil, visando manter a credibilidade da empresa e sua conseqüente continuidade, torna-se necessário que o contador utilize novos métodos informativos, como o Balanço Social que tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico.

Além do Balanço Social, outros relatórios são utilizados para a evidenciação das informações de natureza social e ambiental da entidade. São eles: Notas Explicativas, Demonstração do Valor Adicionado, Relatório da Administração e Relatório de Sustentabilidade.

3.4.1 Balanço social

Para Kroetz (2000), o Balanço Social consiste em um instrumento de evidenciação da responsabilidade social das entidades, ou seja, é a demonstração da interação da empresa

com todos que a cercam ou que contribuem para sua existência, como o meio ambiente, a comunidade no qual a empresa está situada e os funcionários que fazem parte dela.

De acordo com Tinoco (2001), o Balanço Social é instrumento de gestão e informação que tem por objetivo mostrar, da forma mais transparente, informações econômicas e, principalmente sociais, relativas ao desempenho das entidades, para todos os seus usuários, inclusive seus funcionários.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2002), o Balanço Social possibilita que a sociedade tenha conhecimento dessas ações empresariais. Esse conhecimento é divulgado através de um conjunto de informações relevantes, normalmente agrupadas em indicadores que evidenciam, dentre outros, os gastos e investimentos feitos em benefício dos empregados e em benefício da comunidade. De uma forma mais abrangente o Balanço Social acrescenta ainda informações sobre o meio ambiente e sobre a formação e distribuição da riqueza gerada pelas empresas. Analisado juntamente com as demonstrações financeiras tradicionais constitui-se no instrumento mais eficaz e completo de divulgação e avaliação das atividades empresariais.

Segundo Iudícibus et al. (2010), o Balanço Social demonstra o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e presta conta à sociedade sobre o uso do patrimônio público, que é constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e utilizar os benefícios da sociedade onde atua.

3.4.2 Notas explicativas

Para Iudícibus et al. (2010), as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas, quadros analíticos ou outras demonstrações contábeis necessárias à plena avaliação da situação e da evolução patrimonial da empresa. A lei enumera o mínimo de notas e induz à sua ampliação quando for necessário para o devido “esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”. Nesse mínimo inclui-se divulgar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis aplicadas, divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações contábeis, descrição dos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e das práticas adotadas, dos ajustes dos exercícios anteriores, reavaliações, ônus sobre ativos, detalhamento de dívidas de longo prazo, do capital e dos investimentos relevantes em outras empresas, eventos subsequentes importantes após a data do balanço etc.

De acordo com o CPC 26 (R1), as notas explicativas devem prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão. As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.

3.4.3 Demonstração do valor adicionado

Segundo Iudícibus et al. (2010), a Demonstração do Valor Adicionado tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo.

De acordo com o CPC 09, a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Para Martins (1997), a Demonstração do Valor Adicionado fornece uma visão geral de todos os fatores de produção: o trabalho, os demais capitais na forma de créditos, e também o governo.

Segundo De Luca (1998), a DVA é um conjunto de informações de natureza econômica; um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

Para Santos (2007), a Demonstração do Valor Adicionado é um componente importantíssimo do Balanço Social e deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.

3.4.4 Relatório da administração

De acordo com Iudícibus et al. (2010), o relatório de administração não faz parte das demonstrações contábeis propriamente ditas, mas a lei exige a apresentação desse relatório, que deve evidenciar os negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e reinvestimento de lucros etc.

Conforme determina a Lei n. 6.404/76 em seu art.133 item I, o relatório da administração deve expressar os negócios sociais e os principais fatos administrativos do

exercício findo. Essa mesma Lei determina também que seja expresso: Art.55, §2º (aquisição de debêntures de emissão própria); Art.118, §5º (política de reinvestimento de lucros e dividendos, constantes de acordos de acionistas); Art. 243 (modificações ocorridas no exercício nos investimentos em coligadas e controladas).

Em 28 de Dezembro de 1987, a CVM pronunciou-se através do Parecer de Orientação n. 15, recomendando a divulgação de alguns itens no relatório para que os usuários sejam informados sobre os principais fatos sociais e administrativos do exercício, são os seguintes: descrição dos negócios, produtos e serviços; comentário sobre a conjuntura econômica geral; recursos humanos; pesquisa e desenvolvimento; investimentos; novos produtos e serviços; proteção ao meio ambiente; reformulações administrativas; investimentos em controladas e coligadas; direitos dos acionistas e dados do mercado; perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros; empresas investidoras.

Para a Agência de Desenvolvimento Paulista, o relatório de administração apresenta os principais resultados alcançados, o qual divulga informações que possibilitam o conhecimento da Instituição, assim como seus objetivos e políticas, em complemento às peças contábeis e notas explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras. O Relatório da Administração expõe um quadro completo das posturas e do desempenho da administração na gestão e alocação dos recursos que se encontram a ela confiados.

3.4.5 Relatório de sustentabilidade

Segundo o *Global Reporting Initiative*, o relatório de sustentabilidade é um relatório que divulga o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da organização relatora. Cada vez mais organizações querem estabelecer um processo de elaboração de relatório de sustentabilidade para estabelecer objetivos, monitorar mudanças operacionais, medir desempenhos, e tornar suas operações mais sustentáveis. Ainda de acordo com a GRI, um relatório de sustentabilidade é a plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos, bem como para obter informações que podem influenciar na política, estratégia e nas operações da organização de uma forma contínua.

Segundo o GRI (2006) citado por Macêdo et al. (2011), os relatórios de sustentabilidade tem como princípios a serem seguidos de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders*, estes podem ser internos e externos, eles devem ainda descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social etc.

Para Veríssimo (2010), o relatório tem de transmitir com clareza uma imagem dos valores e princípios corporativos, do desempenho, assim como das práticas de governo e gestão. Apresentando objetivamente os desafios impostos pelo crescimento sustentável, os quais a entidade tem de enfrentar e dar resposta, o relatório possibilita aos usuários uma avaliação dos riscos e viabilidade da empresa.

De acordo com a Petrobras, o Relatório de Sustentabilidade apresenta o desempenho social, ambiental e econômico da companhia, sua estratégia e estrutura de governança corporativa, bem como os principais desafios e oportunidades para ampliar e consolidar sua atuação nos diferentes segmentos de mercado e suas contribuições ao desenvolvimento sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade tem como papel demonstrar quais os direitos, bens e obrigações que as entidades apresentam em suas demonstrações contábeis, relatórios da administração, entre outros documentos, ou seja, relatando a verdadeira situação patrimonial da empresa.

As organizações estão se conscientizando que seguindo a prática de boas políticas ambientais agregam valor criando vantagens competitivas perante as outras entidades, garantindo a sua sobrevivência e sustentabilidade.

A NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, estabelece procedimentos para a evidenciação das informações de natureza social e ambiental, sendo elas a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; a interação com o meio ambiente, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Assim como as demais informações, as de natureza ambiental, para serem demonstradas, devem ser evidenciadas nas demonstrações contábeis. A evidenciação dessas informações, visa informar os usuários sobre a relação da entidade com o meio ambiente. Além de evidenciar a situação patrimonial de uma entidade, podem procurar soluções para as mesmas, através do planejamento estratégico, para que possam atingir o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a Contabilidade deve evidenciar as ações de natureza ambiental, desenvolvidas no âmbito organizacional, no intuito de preservar, solucionar e melhorar a qualidade ambiental de suas atividades, produtos e serviços.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PAULISTA. **Relatório da administração**. Disponível em: <http://desenvolvesp.com.br/transparencia.php/relatorio_administracao>. Acesso em: 13/04/13.

ALEIXO, Maria Conceição et al.. 2011. **A divulgação da informação ambiental**: o caso das empresas do PSI20. Trabalho apresentado em XVI Congresso AECA - Nuevo modelo económico: Empresa, Mercados y Culturas, In Publicaciones del XVI Congreso AECA. Granada.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antônio Carlos de. **Evidenciação**. Caderno de Estudos da FIPECAFI. São Paulo. Junho/1992.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro - RJ. N. 11, 1999.

BERTI, Anélio. **Contabilidade a análise de custos**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

BRASIL. **Lei n. 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20/03/2013.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá, 2008.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **NBC T-15**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 29/10/12.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 09. **Demonstração do valor adicionado**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em: 27/03/13.

_____. **CPC 26. Apresentação das demonstrações contábeis.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf>. Acesso em: 27/03/13.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Posição da CVM sobre balanço social.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 26/03/13.

_____. **Parecer de orientação CVM n. 15.** Disponível em: <<http://www.cnb.org.br/CNBV/pareceres/par15-1987.htm>>. Acesso em: 29/03/13.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado:** do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 5. ed. Paraná: Positivo, 2010.

FERREIRA, Clementina. **Da contabilidade e do meio ambiente.** Lisboa: Vislis, 2000.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FREITAS, Cláudia C. de Oliveira de; STRASSBURG, Udo. **Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras.** 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%20E7%20F5es/ART%206%20-%20Evidencia%20das%20informa%20E7%20F5es%20ambientais%20nas%20demonstra%20E7%20F5es%20cont%20E1beis%20de%20empresas.pdf>>. Acesso em: 03/04/13.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Elaboração de relatórios de sustentabilidade.** Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/Elabora%20A7%20C3%A3o-de-relat%20B3rios-de-sustentabilidade.aspx>>. Acesso em: 29/03/13.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade.** Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al.. 2010. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 7. ed. São Paulo: Atlas.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade ambiental como sistema de informações**. 2005. Disponível em:
<<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/184/178>>. Acesso em: 22/05/13.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LUCAS, Douglas Ribeiro. **Contabilidade ambiental: a contabilidade como sistema de informação quanto a preocupação ambiental**. Trabalho apresentado em XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 15/10/09 à 16/10/2009. Disponível em:
<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0079_0163_02.pdf>. Acesso em: 23/05/13.

MACÊDO, João Marcelo Alves et al.. 2011. **Contabilidade ambiental e sustentabilidade: um estudo nas empresas do ramo de fertilizantes e defensivos agrícolas, listadas na BOVESPA nos anos de 2005-2009**. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba.

MACIEL, Carolina Veloso et al.. 2008. Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. In: 8º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. **Anais**. 24 e 25 julho 2008. São Paulo: USP.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, Vagner Antônio. O Empirismo e a contabilidade: uma abordagem histórica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 162, p. 57-62, novembro/dezembro 2006.

MARTINS, Eliseu. Demonstração do valor adicionado: alguns exemplos reais. Temática Contábil e Balanços. **Boletim IOB**, n. 31. 1997.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Mendes. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, Ano 23, N. 86, p. 20-29, Março 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

PETROBRAS. **Relatório de sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/rs2011/>>. Acesso em: 14/04/13.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

RIBEIRO, Alex Mussoi; BELLEN, Hans Michael Van. **Evidenciação ambiental**: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil, 2010, p.1.

RIBEIRO, Caroline do Amaral. **Algumas visões acerca da contabilidade ambiental no Brasil**. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil, 2009, p.3-4.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Maísa de Souza; GRATÃO, Ângela Denise. **Custos ambientais**: o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Contabilidade. Recife, PE, Brasil. 28/07/2000 à 04/08/2000. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php>>. Acesso em: 18/10/12.

RIBEIRO, Maísa de Souza; MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. Boletim n. 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98, p. 3-4.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA, Luciano Guerra de Almeida. A contabilidade ambiental: a busca da ecoeficiência. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade**. CFC. Goiânia, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabete Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERÍSSIMO, Cristina Maria Oliveira. **Auditoria e relatórios de sustentabilidade**.

Dissertação de Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública – Ramo Instituições Públicas – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Portugal, 2010.